DECRETO Nº 35.782

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE ACOMPANHAR A INSTALAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS EM IMÓVEIS PRÓPRIOS OU LOCADOS, PARA A ADEQUADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUA COMPETÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que o espaço físico e as instalações das secretarias municipais sejam compatíveis com os serviços por ela desempenhados;

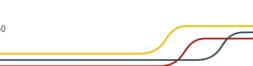
CONSIDERANDO que a instalação da secretaria deve levar em consideração o quantitativo de servidores nela lotados, os equipamentos necessários à execução dos serviços públicos, o fluxo de pessoas que ali frequentam e as condições de acessibilidade e mobilidade;

CONSIDERANDO que a ocupação de prédios públicos pelas secretarias deve resultar em ganhos de efetividade na resolução das demandas da população, sem desconsiderar o princípio da economicidade, com a ocupação de imóveis próprios, sempre que possível;

CONSIDERANDO que a instalação em imóveis locados, exige considerável investimento no início e no final da contratação, razão pela qual os contratos devem refletir corretamente obrigações das partes em especial as medidas a serem adotadas para ocupação e desocupação, bem como flexibilização das cláusulas penais,

DECRETA:

- **Art. 1º** Fica constituída **Comissão Especial**, integrada pelos titulares e representante da Secretaria Municipal de Gestão Especial, da Controladoria-Geral do Município, da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento Estratégico, da Secretaria Municipal de Fazenda para, sob a presidência do primeiro, apresentar relatório sobre a contratação de imóveis para instalação das secretarias municipais, e a adequada ocupação deles.
- **Art. 2º** Na elaboração de seu relatório, a Comissão Especial levará em consideração o valor da locação, o espaço físico necessário, a prioridade de ocupação, a facilidade de adaptação de redes lógica, elétrica e de telefonia, os ganhos de efetividade no atendimento à população e as condições de acessibilidade e segurança estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros.
- **Art. 3º** Fica a Comissão Especial constituída por esse Decreto autorizada a realizar visitas, solicitar informações, documentos e adotar providências que entender necessárias ao cumprimento de sua finalidade, seja em relação às demais secretarias, seja em relação aos possíveis proprietários.





- **Art. 4º** Sempre que se fizer necessário, a Comissão Especial poderá contar com a cooperação da Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Imóveis, constituída nos termos do Decreto 35.036, de 29 de janeiro de 2025.
- **Art. 5º**. Para efeito do disposto no artigo 4º deste Decreto, o artigo 1º e 5º do Decreto nº 35.036/2025 passam a vigorar acrescidos da seguinte redação:
 - "Art. 1º Fica criada e regulamentada, a Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Imóveis, que terá por objetivo avaliar, mediante procedimentos aqui fixados, o valor de imóveis de interesse direto ou indireto da Administração Pública Municipal.

Art. 5° (...)

- IX Realizar análise de conveniência e oportunidade nas necessidade de locação de imóveis pela Municipalidade, considerando os seguintes aspectos:
 - a) localização do imóvel pretendido;
- b) compatibilidade entre o tipo de serviço que será prestado e a localização do imóvel;
- c) segmentação e interrelacionamento com outros órgãos localizados na região pretendida;
- d) vantajosidade, quando se tratar de serviço que se quer transferir de local:
- e) potencial de fusão de serviços de outros órgãos para que funcionem no mesmo imóvel, objeto da locação.

Parágrafo único. Para execução de que trata o inciso IX e alíneas, a Comissão poderá solicitar apoio técnico e informações a outros setores das secretarias municipais."

- **Art. 6º** Examinada a documentação e atendidos os requisitos de ocupação, a Comissão Especial emitirá seu relatório, encaminhando-o ao Prefeito Municipal.
- **Art. 7º** Os trabalhos da Comissão Especial serão considerados de relevante serviço público, não sendo remunerados.
- **Art. 8º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 08 de julho de 2025.

THEODORICO DE ASSIS FERRAÇO Prefeito Municipal

